

Agricultura familiar orgânica no estado do Rio de Janeiro: um estudo de caso sob a ótica da economia solidária

Igor L. dos Santos¹, Nádia P. de Carvalho², Eduardo B. Quesado³, Heloisa H. A. B. Q. Gonçalves⁴

¹*Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Escola Politécnica – igorlsantos@poli.ufrj.br*

²*Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Restaurante Universitário – nadiaanerj@yahoo.com.br*

³*Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Escola Politécnica – eduardoquesado@poli.ufrj.br*

⁴*Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Núcleo de Solidariedade Técnica – SOLTEC – heloborgesqg@yahoo.com.br*

Resumo

Neste trabalho, é apresentado um estudo de caso exploratório de extensão universitária, realizado em 2009, oriundo da Disciplina Gestão de Projetos Solidários (GPS). O trabalho se insere em um contexto de sistema aberto, que visa uma aproximação entre o Restaurante Universitário da UFRJ (RU) e agricultores familiares, da zona rural do estado do Rio de Janeiro, para desenvolvimento de projetos em parceria. Assim, o objetivo deste trabalho foi conhecer a percepção e interesses declarados pelos agricultores familiares sobre o manejo agrícola isento de substâncias químicas, a formação do grupo de agricultores em cooperativas, bem como estudar a pertinência (ou não) da aplicação dos conceitos de economia solidária e agroecologia na agricultura familiar. São revistos conceitos teóricos necessários ao entendimento do caso apresentado, seguidos da aplicação da metodologia do estudo de caso exploratório, análise e discussão dos resultados obtidos. Os resultados sinalizaram que ainda é incipiente a discussão entre agricultores agroecológicos e orgânicos e o campo da agricultura familiar é um terreno fértil para a inclusão dos conceitos da economia solidária.

Palavras-chave: Agroecologia; Agricultura orgânica; Agricultura familiar; Economia solidária; Restaurante universitário; Extensão.

1 Introdução

Criada em 1937 para controlar e padronizar o ensino superior em todo o país a Universidade do Brasil (hoje UFRJ) consagrava-se pela formação de profissionais liberais e, portanto conformou-se a departamentalização em sua estrutura física e administrativa. Mesmo com a herança da fragmentação originária e o conseqüente padecimento de perspectiva de integração, a Universidade Federal do Rio de Janeiro inaugura o Século XXI, com o propósito de “superar o quadro de limitações que lhe foi imposto e responder ao desafio colocado pela sociedade contemporânea com um projeto de transformação, capaz de prepará-la para um futuro marcado pela transdisciplinaridade e pela universalização da educação superior” (UFRJ, 2008). Nesse contexto e dentre tantas outras ações em busca das mudanças, toma corpo na UFRJ o projeto de retorno da alimentação à vida da comunidade universitária.

A concepção da proposta de reativação do Sistema de Alimentação da UFRJ, retomada a partir do seu restaurante central – Restaurante Universitário – assinala o resgate de um espaço único de socialização no campus Fundão, que é de suma importância para plena fluência da informação, da formação e do convívio da comunidade em um alto nível de excelência.

O Restaurante Universitário (RU/UFRJ), ao produzir e distribuir uma alimentação adequada para a comunidade universitária estará atendendo a uma prerrogativa internacional para a promoção da saúde e, integrando a essa ação a produção de conhecimentos. Dessa forma, a UFRJ reafirma a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão associando na formação

dos estudantes, qualificação acadêmica com compromisso social, prerrogativa essencial de todas as recomendações pedagógicas transformadoras.

Na proposta do RU/UFRJ a alimentação é vista dentro da perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional que “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006).

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, empossado em 2003, instituiu o Programa Fome Zero. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), integrante do escopo do Programa Fome Zero, tem como objetivos: incentivar a agricultura familiar; promover ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários a pessoas em situação de risco alimentar e à formação de estoques estratégicos; contribuir para a inclusão social e promover a cidadania.

O caráter inovador do PAA está no duplo benefício decorrente da compra da produção (garantindo trabalho e renda a homens e mulheres do campo) e da distribuição dos alimentos adquiridos para entidades sociais e indivíduos ou grupos em situação de vulnerabilidade, possibilitando melhorias nas suas condições nutricionais.

Em 15 de setembro de 2006 foi sancionada a Lei Ordinária de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN 11.346 – que define a composição do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O principal avanço da instituição da lei foi definição e garantia de acesso ao alimento e à nutrição como direito fundamental à cidadania garantindo assim a exigibilidade deste direito, bem como políticas públicas que tenham como meta a superação de insegurança alimentar num país de grandes diferenças sociais e regionais.

Pode-se perceber que o momento político atual brasileiro encontra-se bastante favorável à consolidação de iniciativas públicas nas áreas alimentar e nutricional. Em se tratando de um aparelho público situado em um espaço acadêmico, envolvido com a alimentação de jovens e adultos, o serviço oferecido por um Restaurante Universitário deve estar alinhado aos enfoques social, econômico, ambiental, cultural e de saúde que compõem as políticas públicas de alimentação do país. Nesse sentido, com a implantação de uma feira de alimentos orgânicos nos jardins do Restaurante Universitário da UFRJ visou-se constituir como pólo para comercialização e escoamento de alimentos advindos da produção agrícola familiar orgânica.

Sendo assim, tal iniciativa do RU representa um primeiro passo em direção ao alcance do macro objetivo, isto é, RU como instrumento de socialização, para além do campus universitário. No presente trabalho é assumido o objetivo menor de apoiar a integração de agricultores familiares orgânicos da zona oeste do estado do Rio de Janeiro na Feira de produtos orgânicos no pátio do RU.

Dessa forma, o objetivo geral foi estudar a organização de agricultores familiares no âmbito da economia solidária, enriquecendo o conhecimento dos participantes do estudo de caso acerca de organizações participativas. E, em uma esfera mais específica, a meta foi analisar a organização dos agricultores participantes de cooperativas de agricultura familiar orgânica do Município de Magé e Município de Guapimirim e obter conclusões acerca de empreendimentos de economia solidária desse tipo, tendo como foco a organização social.

A seguir, baseado nos objetivos do trabalho, um conjunto de suposições foi elaborado a fim de nortear a análise. As suposições foram formuladas a partir dos paradigmas da gestão de

empreendimentos de economia solidária retirados da literatura (KRAYCHETE, 2007), além de pré-concepções existentes na sociedade.

- a) Os agricultores familiares têm dificuldade de comercializar seus produtos;
- b) As cooperativas estudadas já receberam alguma forma de assessoria ou consultoria;
- c) As assessorias ou consultorias recebidas não são sobre viabilidade econômica;

O estudo realizado foi um estudo de caso, assim, é constituído de um estudo exploratório de uma situação ocorrida em um conglomerado de cooperativas de uma mesma região. Parte do método de abordagem contém o método indutivo, onde se busca, através de um levantamento baseado em uma pequena parcela do assunto, chegar a conclusões para o fenômeno geral. Assim, baseando-se no caso dos agricultores familiares do interior do Estado do Rio de Janeiro visa-se à geração de conhecimento acerca de empreendimentos cooperativos, além das reflexões sobre a organização e viabilização da feira agroecológica.

Dessa forma, a abordagem conteve ida a campo com objetivo de conhecer a percepção e interesses relativos à formação do grupo de agricultores que participarão em feira livre de alimentos orgânicos na UFRJ e conhecer suas opiniões sobre o manejo agrícola isento de substâncias químicas. Algumas cooperativas de agricultores foram previamente levantadas para compor o grupo de feirantes do pátio do RU. O grupo inicialmente continha cooperativas da zona oeste e serrana do estado do Rio de Janeiro. Dentre essas, o critério de escolha para pesquisa de campo do estudo de caso foi o de proximidade (distância percorrida a partir da Ilha da Cidade Universitária). Dessa forma as Cooperativas visitadas foram a Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e dos Agricultores Familiares do Município de Magé/RJ (COOPAGÉ), e as cooperativas de Guapimirim/RJ Associação da Vala Preta e AFOJO.

Os depoimentos foram coletados a partir de um método qualitativo. Foram registradas as falas dos agricultores e de representantes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER-RIO) por meio de entrevistas abertas ou não diretivas (THIOLLENT, 1982), buscando perceber indícios na fala livre dos agricultores, suas expectativas sobre a feira e sua relação com a cooperativa a qual integram. O papel da EMATER-RIO no estudo de caso é apresentado a fundo na Seção 3 deste trabalho.

Além disso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, para ampliar a possibilidade de integração com os sujeitos de estudo, valorizando a vivência individual dos participantes e compreensão das particularidades culturais de cada grupo. Na análise foi dada ênfase nos dados de produção e que pudessem caracterizar a população. Foi utilizado registro de imagem (fotografias), a fim de contextualizar o momento do encontro dos pesquisadores com o ambiente rural, para facilitar a caracterização dos sujeitos da pesquisa. Os entrevistados escolhidos foram sujeitos com representatividade e relevância no assunto ou grupo pesquisado (THIOLLENT, 1982). Nesse processo, buscando o respeito a ética exigida para o trabalho de pesquisa, acordou-se previamente com o grupo envolvido a gravação do áudio das entrevistas, a captação de imagens e a posterior publicação desses como resultado dos estudos. Foi eleito um representante o qual assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Em síntese, o problema investigado na pesquisa de campo foi: Os conceitos de agricultura orgânica, agroecologia e economia solidária poderiam propor uma direção esclarecedora para a polêmica questão que atualmente norteia a discussão entre agricultores agroecológicos e orgânicos?

A sistematização dos dados e depoimentos coletados englobou a transcrição das gravações, análise temática das entrevistas (BARDIN, 1995), e análise das questões estruturadas. Apresenta-se o referencial teórico na seção 2, descrição do caso, validação dos resultados

encontrados, e apresentação e discussão dos resultados junto aos grupos pesquisados na seção 3, seguidas de conclusões na seção 4.

2 Referencial teórico

Nesta seção apresenta-se uma breve revisão da teoria sobre os assuntos abordados nesse estudo. São explorados conceitos de economia solidária, agricultura familiar e agroecologia.

2.1 Economia solidária

A Economia Solidária é uma forma de reação dos trabalhadores e comunidades carentes contra um modelo econômico e social que exclui a faixa mais pobre da população, praticamente impossibilitando-a de obter empregos dignos e melhores condições de vida. Pelo mapeamento realizado pela Secretaria de Economia Solidária (SENAES) e outras fontes internacionais há empreendimentos de economia solidária que aplicam ou procuram aplicar o modelo de autogestão, nas atividades econômicas possibilitando a geração de trabalho e renda ou benefícios para seus praticantes. Em 2005, por exemplo, existiam cerca de 15.000 empreendimentos econômicos solidários em quase 2.300 municípios do Brasil (SENAES, 2005).

A Economia Solidária envolve atividades econômicas, que são realizadas em conjunto por grupos de pessoas interessadas em promover atividades que lhes proporcionem trabalho e obtenção de renda, mediante uma forma de gestão coletiva. Dentro desse conjunto de atividades econômicas solidárias se faz necessário destacar quatro conceitos na perspectiva da economia solidária: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade.

Cooperação: Colaboração entre todas as partes envolvidas na atividade produtiva de modo a promover uma organização autogestionária das funções visando ultrapassar obstáculos de forma coletiva e obter resultados financeiros e não financeiros, distribuindo os frutos desses resultados igualmente entre todos.

Autogestão: Participação coletiva na orientação da atividade. Todos têm o mesmo direito de dar opiniões e voto ou interferir no rumo do empreendimento solidário. As decisões tomadas são discutidas em Assembléias Gerais com a participação de todos.

Viabilidade Econômica: União de esforços, materiais, ferramentas, aptidões e informações para proporcionar a estruturação de atividades geradoras de renda ou que acrescentem algum tipo de benefício aos participantes envolvidos.

Solidariedade: Preocupação atitudinal concreta e constante em partilhar bens materiais, e de forma equânime distribuir os rendimentos das atividades econômicas. Também há preocupação com a partilha dos bens relacionais visando à melhoria dos relacionamentos interpessoais e das condições sociais e econômicas dos trabalhadores envolvidos, sempre procurando expandir as iniciativas para beneficiar mais e mais trabalhadores.

Em suma, englobando os quatro conceitos acima descritos a Economia Solidária pode ser entendida como uma forma de produção, distribuição e consumo com primazia do ser humano sobre o Capital e que utiliza a autogestão como forma de coordenar as atividades.

Atualmente o contexto da Economia Solidária se encontra disseminado, pois existem organizações do poder público, movimentos sociais, sistemas e universidades, que se dispõem a estudar e difundir esse modo de geração de renda e trabalho. No Brasil existem, por exemplo, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES).

2.2 Agricultura familiar

No setor primário da economia, a agricultura desempenha relevante importância como fonte geradora de alimentos, trabalho e renda. A agricultura familiar é um setor da economia que foi se modificando ao longo do tempo a partir da evolução das técnicas. Hoje possui um novo conceito, por isso, a seguir traça-se um perfil apresentando o desenvolvimento agrícola das regiões na qual a agricultura familiar está inserida.

No Brasil, o conceito de agricultura familiar era tratado como sinônimo de pequena produção, pequeno agricultor, agricultura de baixa renda ou de subsistência e até utilizando mesmo o termo camponês (ABRAMOVAY, 1997). Porém, estes conceitos englobam uma avaliação anterior acerca do desempenho econômico das unidades produtivas, o que se pensava tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive, em condições precárias, com pouca acessibilidade ao sistema de crédito, que conta com técnicas tradicionais e que tem dificuldade de se integrar aos mercados dinâmicos e competitivos. Cabe ressaltar, que ainda hoje, esse conceito pode estar vigente no imaginário de leigos e não leigos no assunto.

É importante mencionar a existência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), vinculado à Secretaria de Agricultura Familiar integrante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem o intuito de atender de forma diferenciada os pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família, características da agricultura familiar. A entidade delimita serviços, atividades ou renda não-agropecuários relacionados ao turismo rural, à produção artesanal, ao agronegócio familiar e à prestação de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

Os empreendimentos familiares têm como característica principal a administração pela própria unidade familiar, que produz valor com ou sem o auxílio de terceiros, e que na maioria das vezes atua como agente de consumo além de produção, conforme Abramovay (1997) enumera-se as características da agricultura familiar:

- a) A gestão é feita pelos proprietários;
- b) Os responsáveis pelo empreendimento de agricultura familiar estão ligados entre si por laços de parentesco;
- c) O trabalho é fundamentalmente familiar;
- d) O capital pertence à família;
- e) O patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família;
- f) Os membros da família vivem na unidade produtiva.

No entanto, pode-se dizer que desde a delimitação dessa definição de agricultura familiar, mudanças ocorreram. Em empreendimentos desse tipo, não necessariamente os membros da família residem na unidade produtiva em todos os casos e muitas vezes envolvem integrantes que não pertencem à família.

Em relação ao desempenho desses empreendimentos notou-se também, a partir do estudo de caso, que existem dificuldades que são inerentes aos empreendimentos de economia solidária de uma forma geral, quais sejam:

- a) Inadequação às políticas públicas;
- b) Crédito rural insuficiente, inadequado e burocratizado;
- c) Escasso acesso à geração de tecnologia que atenda às necessidades;
- d) Baixa oferta de assistência técnica e extensa rural de instituições em comparação com a demanda;
- e) Dificuldades de comercialização;

- f) Restrições aos subsídios;
- g) Falta de mercado organizado em nível municipal.

2.3 Agroecologia e agricultura orgânica

Segundo informações do portal Ambiente Brasil (2010), **a agricultura orgânica** é um sistema de gerenciamento total da produção agrícola com vistas a promover e realçar a saúde do meio ambiente, preservar a biodiversidade, os ciclos e as atividades biológicas do solo. Nesse sentido, a agricultura orgânica enfatiza o uso de práticas de manejo em oposição ao uso de elementos estranhos ao meio rural. Isso abrange, sempre que possível, a administração de conhecimentos agrônômicos, biológicos e até mesmo mecânicos. Mas exclui a adoção de substâncias químicas ou outros materiais sintéticos que desempenhem no solo funções estranhas às desempenhadas pelo ecossistema.

O produto orgânico por sua vez é cultivado sem o uso de adubos químicos ou agrotóxicos. É um produto limpo, saudável, que é provido por um sistema de cultivo que observa as leis da natureza e todo o manejo agrícola está baseado no respeito ao meio ambiente e na preservação dos recursos naturais.

Na agricultura orgânica, resíduos são reintegrados ao solo; esterco, restos de verduras, folhas, aparas etc., são devolvidos aos canteiros para que sejam decompostos e transformados em nutrientes para as plantas. Essa fertilização ativar a vida no solo; os microorganismos além de transformar a matéria orgânica em alimento para as plantas tornarão a terra porosa, solta, permeável à água e ao ar. A relevância da agricultura orgânica é promover permanentemente o melhoramento do solo. Ao invés de mero suporte para a planta, o solo será sua fonte de nutrição.

A rotação de culturas é utilizada como forma de preservar a fertilidade do solo e o equilíbrio de nutrientes. Contribui também para o controle de pragas, pois o cultivo das mesmas culturas nas mesmas áreas poderia resultar no aparecimento de doenças e infestações. As monoculturas são evitadas. A diversidade é fator que traz estabilidade ao agrossistema, pois implica no aumento de espécies e na interação entre os diversos organismos. É muito comum o cultivo de duas espécies lado a lado, contribuindo para o controle da erosão, pois mantém o solo coberto e, aproveitando a associação entre espécies que se favorecem mutuamente: espécies que produzem grande espaço de sombra podem ser associadas àquelas que necessitam de sombra, raízes profundas com raízes superficiais, espécies com folhagens ralas podem ser plantadas junto àquelas mais volumosas, espécies com exigências diversas em relação a nutrientes, espécies que exalam odores e afugentam insetos.

Essas técnicas contribuem para um solo saudável, uma produção sadia e previnem o aparecimento de infestações. A conservação de faixas de vegetação nativa entre os canteiros auxilia no controle de pragas. Servem de refúgio para diversos insetos benéficos que se alimentam de fungos ou organismos que, sem seus inimigos naturais, poderiam aniquilar a plantação. A fauna silvestre é preservada e a diversidade é essencial para o equilíbrio de várias espécies. Infestações ocasionais podem ser tratadas com caldas, criação e soltura de inimigos naturais, armadilhas, catação manual e outros.

No Brasil a produção orgânica é prevista em lei. O Ministério da agricultura e do abastecimento, que instituiu uma série de normas e diretrizes para a produção orgânica, (Instrução Normativa nº 007, de 17 de maio de 1999) dispendo sobre a conversão do modo convencional para o orgânico, sobre máquinas e equipamentos, recursos naturais, dos insumos, processamento do transporte e armazenagem, e certificação. O produto, para ser dito orgânico, deve ser certificado por instituições jurídicas, sem fins lucrativos, credenciadas no Órgão Colegiado Nacional. Uma discussão sobre os métodos de certificação é apresentada pela ONG Centro Ecológico (2004). Além disso, há todo um modo de operação articulado

quando há também espécies animais, ou atividades extrativistas. Outro dado importante é que quem produz alimento para o brasileiro é a agricultura familiar e orgânica. Mais da metade do feijão vem da produção familiar; no caso do arroz, mais de um terço; e, da mandioca, 90%. Essas são algumas informações que demonstram a importância do setor na economia brasileira, um setor responsável por uma média de 10% do produto interno bruto (PIB) nacional, conforme dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (BUGLIONE, 2009).

Enfim, alinhando os conceitos apresentados de agricultura orgânica, agroecologia e economia solidária, é possível propor uma direção esclarecedora para a polêmica questão que atualmente norteia a discussão entre agroecológicos e orgânicos? No nosso entendimento decorrente da revisão da literatura e análise do estudo de caso, as fronteiras da agricultura orgânica estão contidas dentro do conceito de agroecologia. Ou seja, a agroecologia enquanto ideologia pode valer-se de métodos, como a agricultura orgânica. E, nessa lógica, a agroecologia é um conceito de mesma ordem que a economia solidária.

Ao falarmos de **agroecologia**, falamos de um novo modo de relacionamento com a natureza, onde se protege a vida continuamente, estabelecendo uma ética ecológica e a promoção da justiça e da solidariedade como valores indispensáveis. A rigor, pode-se dizer que agroecologia é a base científico-tecnológica para uma agricultura sustentável (AMBIENTE BRASIL, 2010). O modelo de agricultura sustentável é o conjunto dos conhecimentos empíricos dos agricultores, acumulados através de gerações e é enfim um retorno aos antigos modos de se fazer agricultura, conciliando os novos saberes aos antigos saberes, as novas relações sociais e as novas necessidades de se intervir de maneira controlada e pensada na natureza.

Olha-se a agricultura como um sistema vivo e aberto, onde, por exemplo, um determinado gênero alimentar não é isolado do restante da diversidade de plantas, animais, microorganismos, minerais e suas relações na biosfera. Pode-se tomar como palavras ou termos-chave: alimentos mais saudáveis, valorização do homem, do campo, do seu trabalho, sua família e sua cultura.

A Agroecologia é uma área do conhecimento que atualmente abrange, além das técnicas ecológicas de plantio, o caráter social e cultural das comunidades com o foco de orientar a agricultura à sustentabilidade, no seu sentido multidimensional. De maneira mais ampla, ela se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais e das relações ecológicas de cada ecossistema), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito às culturas tradicionais), política (organização para a mudança e participação nas decisões) e ética (valores morais transcendentais). E por estes aspectos a Agroecologia se distingue das Agriculturas Ecológicas, entre elas, especialmente a Agricultura Orgânica que está orientada quase que exclusivamente aos nichos de mercado, caracterizado por produtos livres de agrotóxicos, sem necessariamente focalizar a sustentabilidade no seu sentido mais amplo. Sendo assim todo produto agroecológico intrinsecamente é orgânico, pois também não utiliza agrotóxicos, porém o inverso não é necessariamente verdadeiro.

3 Apresentação do caso

Para apresentação do caso, conforme metodologia apresentada na seção 1, uma breve descrição das entidades envolvidas é realizada na seção 3.1, seguida da apresentação dos resultados das entrevistas semi-estruturadas na seção 3.2. Análises são apresentadas ao longo da descrição do caso, culminando em discussões e conclusões na seção 4.

3.1 Descrição das entidades envolvidas

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro **EMATER-RIO**, instituição vinculada a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento tem como atribuições:

- a) Colaborar com os órgãos competentes nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, na formalização e execução de programas e projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à difusão de conhecimento de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e da produtividade agropecuária e a melhoria das condições de vida do meio rural do Estado do Rio de Janeiro;
- c) Pugnar pela preservação do meio ambiente, visando um equilíbrio ecológico entre homens, plantas e animais;
- d) Prestar, aos produtores rurais, serviços necessários à produção agropecuária;
- e) Elaborar e propor planos, programas e projetos relativos às obras públicas e de saneamento e acompanhar as ações referentes a sua execução;

Atualmente a EMATER-RIO presta assistência técnica para agricultura familiar, majoritariamente. Nesse contexto, a maior parte dos agricultores assistidos está em transição para atender aos pré-requisitos de obtenção da certificação que os confere a possibilidade de ter um rótulo com título de produto orgânico. Contudo a partir de verbalizações com representantes da instituição, a prioridade é a subsistência da família e não a certificação formal que garante o rótulo citado para seus produtos.

Desde 29 de dezembro de 2007, a agricultura orgânica no Brasil passou a ter critérios para o funcionamento de todo o seu sistema de produção, desde a propriedade rural ao ponto de venda. Estas regras estão expressas no Decreto nº 6323 publicado nesta data, no Diário Oficial da União. A legislação, que regulamenta a Lei nº 10.831/2003, inclui a produção, armazenamento, rotulagem, transporte, certificação, comercialização e fiscalização dos produtos. O Decreto criou o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica que é composto pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) órgãos de fiscalização dos estados e organismos de avaliação da conformidade orgânica. Nessa cadeia, cabe ao ministério credenciar, acompanhar e fiscalizar os organismos. Já os organismos, mediante prévia habilitação do MAPA, farão a certificação da produção orgânica e deverão atualizar as informações dos produtores para alimentar o cadastro nacional de produtores orgânicos. Estes órgãos, antes de receber a habilitação do Ministério, passarão por processo de acreditação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). O decreto autorizou também os agricultores familiares a realizar a venda direta ao consumidor desde que tenham cadastro junto ao órgão fiscalizador.

Na visão da representante da EMATER-RIO o conceito de alimento produzido organicamente vai além de não usar agrotóxicos químicos, contemplando interação sustentável com o meio e os recursos naturais, visando fortalecimento do solo e do ecossistema de forma geral. A empresa trabalha com o conceito de agroecologia, ciência que considera o “agroecossistema”, onde a matriz energética e os recursos naturais são trabalhados conforme a subsistência dos grupos locais. Nessa visão, os fins não são objetivos, isto é, os produtos não formam a finalidade, o foco das atividades, e sim todo o processo contínuo de obtenção de alimento de forma sustentável na terra.

Outra entidade, a Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e dos Agricultores Familiares do Município de Magé/RJ (**COOPAGÉ**) existe há 10 anos, porém na atual estrutura física e organizacional ela atua há dois anos. A organização congrega grupos de agricultores que tem

como característica o uso da terra que passa de pai pra filho a algumas gerações. Na região que atua, existem mais seis outras associações, que compõe o cenário da região marcado por lutas por terra e que conta com cinco assentamentos de reforma agrária. A cooperativa, em janeiro de 2010, contava com aproximadamente 70 cooperados, e há expectativa de que esse número vá pra cerca de 100 até março de 2010. No ano de 2009, a cooperativa foi convidada a trabalhar em rede agroecológica com apoio de uma organização não-governamental italiana, que forneceu cursos de agricultura familiar. De acordo com o presidente da cooperativa, um dos objetivos é “trilhar pelo caminho da agroecologia, sempre com a visão de que produto orgânico é aquele que não usa veneno, e agroecológico é aquele que se preocupa com o meio ambiente e a biodiversidade”. Dessa maneira, os representantes da COOPAGÉ têm como meta divulgar os produtos agroecológicos de forma geral, e de maneira mais imediata persuadir os seus colegas associados a trabalhar com os produtos naturais, principalmente pelo aspecto da saúde e qualidade de vida.

As duas instituições, COOPAGÉ e EMATER-RIO, estão imbuídas em organizar uma feira de agricultura familiar no município de Magé, contribuindo para ressaltar os produtos agroecológicos.

Uma terceira entidade, a **Associação da Vala Preta**, situa-se em no município de Magé no Rio de Janeiro e é constituída por cinco mulheres que trabalham principalmente com processamento de alimentos, tendo como produtos rapaduras, geléias, diversos tipos de doces entre outros. Essa agregação iniciou suas atividades com auxílio de duas organizações não governamentais italianas, juntamente com a COOPAGÉ.

Em termos de agroindústria, essa construção associativa atualmente não atende a legislação para o processamento de alimentos. As associadas têm o serviço de inspeção municipal, mas para obter o serviço de inspeção estadual é necessário que sejam feitas adequações nas instalações como, a exemplo, a correção do tamanho do pé direito das instalações. Recentemente a associação iniciou uma produção destinada especificamente para a merenda escolar do Município de Magé, contudo a demanda das escolas é maior do que a capacidade produtiva da associação. As associadas processam produtos orgânicos da COOPAGÉ, compondo uma cadeia produtiva importante para fortalecer empreendimentos solidários. Outros produtores da comunidade estudada também servem de fornecedores de insumos para as associadas. Dessa forma, a adequação da produção de processados orgânicos conforme a legislação, com a utilização de práticas e cuidado específicos de produção, é essencial, pois uma eventual parada na produção deste nó da cadeia afeta negativamente a organização econômica da comunidade local como um todo. Atualmente há um esforço por parte da EMATER-RIO em trazer profissionais para capacitar as associadas nas técnicas de processamento de bananas, fortalecendo a comunidade local. Resultados nessa direção foram observados durante o estudo, quando uma das agricultoras entrevistadas verbalizou sobre aspectos técnicos e normativos na produção dos alimentos processados mesmo não sendo questionada diretamente neste assunto:

“Nádia (entrevistadora) se você quer vim vê a gente processar (os alimentos), você tem que chegar aqui tomar um banho trocar de roupa, botar jaleco, touca, uma máscara, aí sim você pode ver a gente processando, mas do jeito que você tá aí hoje, não” – Agricultora de Magé.

3.2 Entrevistas semi-estruturadas

Como parte da metodologia deste estudo de caso, um questionário fechado foi elaborado como forma de coletar com maior eficiência dados sobre a caracterização da população de agricultores a ser estudada. O questionário foi montado com perguntas objetivas: sexo, idade, estado civil, número de pessoas com que reside, número de pessoas na casa, situação do

imóvel, renda total mensal, acesso à internet e grau de escolaridade, onde os agricultores poderiam marcar apenas uma resposta, e também foram questionados sobre a localidade onde comercializam os gêneros e as formas de atualização (que meios de comunicação estão disponíveis para o agricultor receber informação), e perguntas onde o agricultor poderia marcar mais de uma resposta.

Foram realizadas oito entrevistas (resultando em coleta de dados através de questionários, como citado na abordagem metodológica) com agricultores familiares divididos entre as localidades de Magé, Petrópolis, Tanguá e Guapimirim. Considera-se esta uma quantidade representativa dentro do grupo de agricultores familiares da região pré-selecionados para o projeto de cooperação com o restaurante universitário da UFRJ. A amostra entrevistada é representada por 62,5% indivíduos do sexo masculino e 37,5% do sexo feminino. Destaca-se o perfil experiente dos agricultores (62,5% com idade entre 36 e 50 anos), dentre os quais, há 75% de casados e 75% morando com esposo(a) e/ou filhos com uma média de cerca de 3 a 4 pessoas na casa. 75% dos agricultores também têm imóveis próprios. A renda mensal se encontra abaixo de cinco salários mínimos para 87,5% dos agricultores entrevistados. 50% dos entrevistados não concluíram o ensino médio. As principais formas de comercialização dos gêneros alimentícios são na porta de casa (62,5% dos agricultores o fazem), na feira do bairro (também informado por 62,5% dos agricultores) e, em menor escala entrega a domicílio (50%). A principal forma de atualização é a televisão, marcado por 75% dos agricultores como um dos meios utilizados para adquirir informação. E também nota-se que há penetração da internet no meio rural, uma vez que 75% dos agricultores disseram ter acesso à internet e 50% citaram esse como um meio de atualização.

Os resultados dessa pesquisa permitem concluir que, embora se trate de um meio rural, os agricultores se apresentam em um nível de desenvolvimento agroecológico relativamente adequado, com instrução formal precária, contudo longa experiência na sua área de atuação, boa organização quanto à propriedade de suas terras e, em menor escala, notou-se a possibilidade de uma articulação para escoamento da produção e planejamento logístico, uma vez que a comercialização dos gêneros foi dada como sendo realizada de várias formas diferentes por cada agricultor e, inclusive, 12,5% dos agricultores conseguem converter sua produção em renda acima de cinco salários mínimos. Além disso, foi possível notar o interesse dos agricultores pela solidariedade na agricultura familiar que pode ser um fator indicativo para no futuro concretizar o desenvolvimento da rede de economia solidária em Magé. E, identificou-se outro fator indicativo que pode ser crucial para a articulação dos agricultores: 75% dos agricultores locais têm acesso à internet.

4 Discussão e conclusões

A partir das três suposições formuladas, relativas à pesquisa de campo, e dos resultados da análise dos depoimentos obtidos, é possível confirmar as três suposições formuladas. A suposição (a), de que os agricultores têm dificuldade para comercializar seus produtos, foi confirmada. Foi constatado que, na maioria dos casos atravessadores locais, camelôs, ou outros agricultores eram os que se disponibilizavam a escoar a produção para o consumidor nas feiras, nos mercados, ou em outra forma de venda direta. Foi tomado conhecimento de que quando o agricultor/produtor possui um destino certo e certeza da compra de sua mercadoria, a Prefeitura de Magé se responsabiliza por auxiliar o transporte.

A suposição (b), de que os grupos já receberam alguma forma de assessoria, também foi confirmada. No diálogo com um dos agricultores foi informado que este havia participado de um curso sobre produção de Palmito, que por sinal prosperava em sua propriedade. Esta e muitas outras soluções foram apresentadas por duas organizações não governamentais

(ONGs) italianas. Estas ONGs, segundo os agricultores, estiveram presentes em outras situações da Região, e foram citadas por mais de um dos agricultores.

A suposição (c), de que as assessorias são de caráter puramente técnico, também se confirmou. Envolvendo a questão das assessorias recebidas ao longo dos anos foi mencionado o aspecto técnico, porém, em nenhuma foi destacada assessoria nos aspectos social, organizacional, gerencial, e de planejamento.

Apesar de não levantada como suposição, em uma das falas comentou-se sobre a dificuldade da vida no campo. Comentários foram registrados sobre a escassez de serviços, pouca atração de investimentos, baixa renda, e, inclusive, comentários sobre a proximidade do Rio de Janeiro e seus estilos de vida tal como são televisionados. Há vontade por parte dos agricultores de que seus filhos saiam do campo, pois os agricultores acreditam que assim seus filhos seriam capazes de atingir um melhor padrão de vida. Mesmo concordando com esse argumento, em contraste foram registrados discursos de uma grande maioria ressaltando a melhor qualidade de vida no campo em oposição à Metrópole. Ou seja, os agricultores reconhecem e vivem o *trade-off* entre a escolha da vida na Metrópole, oferecendo maiores oportunidades de crescimento pessoal, e a escolha da vida no campo, oferecendo melhor qualidade de vida. Um agricultor comentou sobre o tempo em que residiu na comunidade do Jacaré, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Citou sua vivência de perto relacionada à violência da cidade. Atualmente, morando a algum tempo no campo, aparentava estar satisfeito e tranquilo. Sob sua visão, ele tem seu trabalho, alimenta-se, e pode viver em paz, com sua família deste modo.

A princípio, os agricultores mostraram-se altamente articulados e bem receptivos às idéias propostas pelo Restaurante Universitário (RU). O mapeamento das principais entidades envolvidas na região foi realizado, e os interesses de cada lado da discussão foram ouvidos. Considera-se o objetivo de explorar a situação, como cumprido, no âmbito da disciplina Gestão de Projetos Solidários; e de posse desse resultado de uma primeira aproximação, recomenda-se a sequência deste trabalho a ser conduzido pelo RU através de uma articulação do evento da feira de agricultura familiar.

A realidade dos agricultores estudados mostrou que a execução de Feiras em Restaurantes Universitários é possível, que o movimento da economia solidária e estudo de pesquisa de extensão podem contribuir para o desenvolvimento desses empreendimentos. Contudo a discussão sobre alimentos orgânicos, no estudo de caso realizado, sinalizou que ainda é muito incipiente para se tornar foco da discussão para a formação da Feira.

A representante da EMATER em sua entrevista destacou a necessidade de um maior tempo para a adequação dos agricultores ao manejo agroecológico da terra, inclusive ressaltando a responsabilidade social da Universidade na transformação esperada:

“É um caminhar. Por isso eu entendo que vocês, como Universidade, deveriam trabalhar com uma feira da agricultura familiar. E aí acho que vocês avaliem se é interessante numa mesma feira vocês terem o grupo de agricultores orgânicos e agricultores em transição. Pois vocês pode estipular isso: o cara que está no meio período de transição já pode entrar na feira. Quem a Universidade quer abraçar? Se eu quero a agroecologia eu tenho que apoiar o cara que está em transição, pois se eu não apoiar ele, ele não se converte” – Engenheira agrônoma representante da EMATER.

Em síntese, nossa conclusão face ao problema de pesquisa formulado é não basear a feira apenas em produtos orgânicos ou agroecológicos. Portanto, uma maneira de se viabilizar a integração dos agricultores familiares com o RU, neste momento, mostrou-se através da

realização de uma feira de agricultura familiar em geral, sem ainda distinguir orgânicos dos não orgânicos, de forma a, inclusive, fomentar a transição dos agricultores, sem segregá-los ou desmotivá-los por não inclusão no evento.

5 Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R., *Agricultura familiar e uso do solo*. São Paulo em Perspectiva – Abr/jun, vol. 11, nº2: 73-78. 1997.

AMBIENTE BRASIL, *Conceitos de Agroecologia*. Disponível em <<http://www.ambientebrasil.com.br/>>. Acessado em 31 Jan. 2010.

BARDIN, L., *Análise de Conteúdo*. Portugal: Edições 70, 1995.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, 2006.

BUGLIONE, S., *O Supermercado é político*. Disponível em <www.uniaoplanetaria.com.br>. Acesso em 31 Jan. 2009.

CENTRO ECOLÓGICO, *Seminário internacional sobre certificação alternativa*, documento final, 2004. Disponível em <<http://www.centroecologico.org.br/>>. Acesso em 29 Jan. 2010.

KRAYCHETE, G. *Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social*, In Economia dos setores populares sustentabilidade e estratégia de formação Kraychete & Aguiar (orgs). São Leopoldo. Ed. Oikos, 2007.

Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), *Atlas da Economia Solidária no Brasil*, 2005.

THIOLLENT, M., *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1982.

UFRJ. *Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária: projetos 2020*. Rio de Janeiro: Editora Milograph, 2008.